

Notícias do dia 17 de dezembro



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Regime único leva a redução de benefícios em Goiás

O Congresso Nacional aprovou na terça-feira (15) socorro aos Estados endividados, o que deve beneficiar Goiás. Porém, para adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o Estado ainda precisa, entre as contrapartidas, revisar o regime jurídico dos servidores públicos e reduzir benefícios ou vantagens não previstos para os trabalhadores da União. Para isso, o governo enviou projeto de lei para unificar regras e incluir também outros poderes.

As alterações propostas no texto, que chegou segunda-feira (14) à Assembleia Legislativa, fazem parte do que o governo estadual não conseguiu aprovar no ano passado quando alterou o Estatuto do Servidor. O fim de quinquênio e licença-prêmio, por exemplo, passou a valer apenas para os servidores do Executivo. Agora, entre os pontos polêmicos, está novamente a tentativa de aplicar as normas e os cortes aos integrantes das carreiras do Ministério Público, Tribunal de Justiça, **Tribunal de Contas do Estado** e dos Municípios e do Legislativo.

O fim da remuneração para quem desempenha mandato classista é outro ponto que provoca reação negativa. Além disso, o projeto de lei também cria limites para serviço extraordinário e para gratificações, e aumenta o desconto no auxílio alimentação para os dias não trabalhados. O cálculo da divisão do valor mensal passaria a considerar 22 dias e não mais 30.

"É um projeto que no ano passado gerou polêmica com as categorias e poderes. Este ano, para adesão do Estado ao plano de recuperação, que foi aprovado pelo Congresso, há exigência clara e pontual. Se não fizer, a conta é impagável e prejudica todos os servidores", diz o presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB).

Segundo ele, há compromisso com os poderes para votar este ano o projeto de lei e poderá ter convocações extraordinárias na semana que vem para que a matéria seja votada pelos deputados. "Sendo aprovada ou não, tenho esse compromisso e vou cumprir", garante.

Entre os envolvidos, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) enviou nota à reportagem em que diz reconhecer a excepcionalidade da crise fiscal. Sobre eventual adesão ao regime jurídico único, "confirma que, assim como representantes de outros poderes e chefes de órgãos autônomos, participou de reunião sobre o assunto, quando todos acordaram nesse sentido". "Clarifica ainda que a adesão ao referido plano é provisória, enquanto durar a necessidade do Estado em termos de recuperação fiscal". Mas explica que "nada muda em relação à carga horária, vencimentos e funções desempenhadas pelos servidores do Judiciário".

Do outro lado, o Sindicato dos Servidores e Serventuários da Justiça do Estado de Goiás (Sindjustiça) se posiciona "contra qualquer imposição externa que fira a autonomia entre os Poderes", conforme manifestou também por nota. A entidade diz ainda que "permanecerá defendendo a instituição do estatuto próprio".

A Secretaria de Estado da Administração elaborou a minuta do projeto e o titular da pasta, Bruno D'Abadia, explica que não há estimativa sobre economia total com regime jurídico único. Ele defende que o projeto faz apenas adaptação à legislação federal. A estimativa para o Executivo já era de que com o Estatuto aprovado em 2019 seria R\$ 1,6 bilhão a menos até 2025. "Nos dois primeiros quadrimestres deste ano, o Estado conseguiu reduzir R\$ 443 milhões", pontua sobre a folha.

O secretário defende que "juridicamente a Constituição já determina que o regime seja único por ente público". "Não é questão de igualar, vai para além disso. O que temos no momento são todos os poderes e órgãos autônomos entendendo a situação do Estado, sendo solidários. Todos os poderes estão convergindo e é preciso uma solução comum."

Enquanto isso, o entendimento do presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado

de Goiás (Sindipúblico), Nylo Sérgio, é de que há ação antidemocrática com as mudanças propostas. Ele cita a retirada da remuneração dos representantes classistas e também mudança no vale alimentação como penalizações. Entidades têm procurado mostrar a deputados os reflexos para os servidores da proposta feita pelo governo estadual.

Governo defende que propôs apenas o que é exigido

O projeto de lei que cria regime único para trabalhadores em Goiás sofre críticas de representantes de servidores públicos do Estado e é visto como parte de pacote que tem reduzido direitos. Sobre isso, o secretário de Administração (Sead), Bruno D'Abadia, afirma que as medidas seriam pontuais apenas para se adequar à legislação federal, o que é exigido para ingresso no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), e não houve "avanço em outro pontos".

Apesar do governo estadual não ter uma estimativa de quanto as mudanças devem impactar, o titular da pasta citou à reportagem apenas possível economia com fim da remuneração para quem tem mandato classista. Afirma que, ao longo dos próximos três anos, R\$ 3,7 milhões seriam poupados e a medida atinge a poucos. Apenas 26 pessoas. "A remuneração deixa de ser ônus do Estado e passa a ser da entidade classista para fazer a representação, como é no governo federal."

Nos outros pontos, entende não ocorrer grande impacto porque apenas seria a formalização de normas de decretos ou que já eram aplicadas. "Infelizmente, este governo tem o discurso desde o dia 1º de janeiro de 2019 de que o Estado está em calamidade, terra arrasada, e não temos isso. Por isso, queremos que os parlamentares coloquem a mão na consciência. O diálogo com o governo não existe", contrapõe o presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Goiás (Sindipúblico), Nylo Sérgio.

Para a presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás (Sintego), Bia de Lima, a movimentação este ano é semelhante à de 2019. "Chega o fim de ano e vem pacote de maldades. Ao acabar com a remuneração de dirigentes classista, impede de ter o vínculo, salário, plano de saúde, previdência. Um ataque frontal aos dirigentes sindicalistas e um processo parecido com ditadura, um absurdo", afirma.

"O sindicato existe para proteger os servidores especialmente em tempos tão difíceis quando se tira direitos o tempo todo." Já sobre o auxílio alimentação, considera que mecanismo para redução do benefício fere conquista realizada no governo passado. Bia considera que há procura por economia apenas do lado do funcionalismo.

Além das mudanças, várias categorias temem ficar mais tempo sem reajuste nos salários, o que já ocorre por conta da situação fiscal do Estado e pode se arrastar por mais tempo caso plano de recuperação seja firmado com o governo federal. "Buscamos sustentabilidade fiscal e não estão vedadas progressão e promoção", esclarece o secretário de Administração.

Sindicatos relatam também dificuldade para realizar manifestação e diálogo com deputados por conta das medidas restritivas impostas pela pandemia.

Site: <https://www.opopular.com.br/digital/17-dezembro-2020/1o-caderno>

Alego aprova contas de 1º ano do governo Caiado

Redação

A prestação de contas do primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado foi aprovada, no rush de sessões pelo plenário da Assembleia Legislativa.

O balanço geral do Estado de 2019, entregue pelo governador e pela titular da Economia, Cristiane Schmidt, demonstrou superávit em R\$ 523 milhões nas contas de 2019, apesar de o governo ter herdado um déficit superior a R\$ 3 bilhões da gestão anterior. Para a secretária, o resultado é fruto do compromisso do governo estadual no enfrentamento aos problemas estruturais e conjunturais.

"Nosso objetivo é principalmente promover o equilíbrio fiscal e assim assegurar políticas públicas e investimentos. E estamos aprimorando a gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Com esforço, transparência e rigor fiscal conseguimos pagar em dia os servidores e fornecedores do Estado, além de cumprir com as duas vinculações até o nível do pagamento", explicou Schmidt.

No balanço anual das contas estaduais estão dados do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e Tribunais de Contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM), além da administração indireta do Executivo.

Aprovação no **TCE**

As contas do governo, relativas a 2019, já tinham sido aprovadas por unanimidade pelo **TCE**, em julho último. Na ocasião, a relatora Carla San-tillo ressaltou, em seu parecer técnico, o comprometimento do Governo de **Goiás** com o equilíbrio orçamentário e o cumprimento das metas fiscais, além da transparência na gestão fiscal.

O relatório observou ainda que o Estado fez o dever de casa ao cumprir os mínimos constitucionais (saúde e educação), manteve a observância aos limites de endividamento, a gestão do patrimônio público e também implementou as determinações e recomendações do **TCE** de pareceres anteriores.

Gestão orçamentária

O resultado orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R\$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R\$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 29,474 bilhões). O número superou o saldo deficitário de 2018, que foi de R\$ -1,34 bilhão.

As receitas orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R\$ 29,997 bilhões, sendo R\$ 27,943 bilhões de receitas correntes (16,08% superior a 2018) e R\$ 2,053 bilhões de receitas de capital.

Do total de R\$ 27,943 bilhões das receitas correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das receitas tributárias (R\$ 15,640 bilhões).

Gestão patrimonial

O ativo total do Estado cresceu 12,13%, totalizando R\$ 81,385 bilhões no ano passado, com destaque para o crescimento das disponibilidades de R\$ 1,6 bilhão em 2018 para R\$ 2,9 bilhões em 2019 (+83,68%).

O cuidado com o patrimônio público assegurou a elevação do imobilizado do Estado, de R\$ 15,8 bilhões, em 2018, para R\$ 22,8 bilhões, em 2019. O valor representa crescimento de 44,53%, fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis estaduais.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado. A dívida consolidada totalizou R\$ 20,67 bilhões, em 2019, um crescimento de 5,27% em relação a 2018.

Gestão fiscal

Do total das receitas orçamentárias de 2019 (R\$ 29,997 bilhões), R\$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R\$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R\$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 24, 54 bilhões. Além disso, o déficit previdenciário fechou acima do ano anterior, em R\$ 2,92 bilhões.

O Estado aplicou 25,28% de sua receita na educação e 12,35% na saúde, índices superiores aos definidos na Constituição, que são de 25% e 12%, respectivamente.

Vale frisar, que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos das Emendas Constitucionais Estaduais nº 54 e nº 55, ambas de 2017. A EC nº 55, em seu artigo 4o, autorizava a dedução das despesas com pensionistas e dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (1RRF) dos servidores públicos estaduais no resultado final. Dessa forma, esses valores passaram a ser contabilizados no limite de despesa com pessoal.

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/mini?e=20201217>

Contas do primeiro ano da gestão Caiado são aprovadas

Celso Assis

A **Assembleia legislativa de Goiás** aprovou o balanço geral do Estado de 2019, entregue pelo governador e pela titular da Economia, Cristiane Schmidt. O balanço mostrou um superávit em R\$ 523 milhões nas contas de 2019, apesar de o governo ter herdado um déficit superior a R\$ 3 bilhões da gestão anterior. Para a secretária, o resultado é fruto do compromisso do governo estadual no enfrentamento aos problemas estruturais e conjunturais.

"Nosso objetivo é principalmente promover o equilíbrio fiscal e assim assegurar políticas públicas e investimentos.

E estamos aprimorando a gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Com esforço, transparência e rigor fiscal conseguimos pagar em dia os servidores e fornecedores do Estado, além de cumprir com as duas vinculações até o nível do pagamento", explicou Schmidt.

No balanço anual das contas estaduais estão dados do Executivo, legislativo, Judiciário, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e Tribunais de Contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM), além da administração indireta do Executivo.

Aprovação no **TCE** As contas do governo, relativas a 2019, já tinham sido aprovadas por unanimidade pelo **TCE**, em julho último. Na ocasião, a relatora Carla Santillo ressaltou, em seu parecer técnico, o comprometimento do Governo de **Goiás** com o equilíbrio orçamentário e o cumprimento das metas fiscais, além da transparência na gestão fiscal.

O relatório observou ainda que o Estado fez o dever de casa ao cumprir os mínimos constitucionais (saúde e educação), manteve a observância aos limites de endividamento, a gestão do patrimônio público e também implementou as determinações e recomendações do **TCE** de pareceres anteriores.

Gestão orçamentária O resultado orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R\$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R\$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 29,474 bilhões). O número superou o saldo deficitário de 2018, que foi de R\$ -1,34 bilhão.

Receitas As receitas orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R\$ 29,997 bilhões, sendo R\$ 27,943 bilhões de receitas correntes (16,08% superior a 2018) e R\$ 2,053 bilhões de receitas de capital. Receitas tributárias (R\$ 15,640 bilhões).

Gestão patrimonial O ativo total do Estado cresceu 12,13%, totalizando R\$ 81,385 bilhões no ano passado, com destaque para o crescimento das disponibilidades de R\$ 1,6 bilhão em 2018 para R\$ 2,9 bilhões em 2019 (+83,68%).

O cuidado com o patrimônio público assegurou a elevação do imobilizado do Estado, de R\$ 15,8 bilhões, em 2018, para R\$ 22,8 bilhões, em 2019. O valor representa crescimento de 44,53%, fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis estaduais.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado.

A dívida consolidada totalizou R\$ 20,67 bilhões, em 2019, um crescimento de 5,27% em relação a 2018.

Gestão fiscal Do total das receitas orçamentárias de 2019 (R\$ 29,997 bilhões), R\$ 19,525 bilhões foram de



receitas ordinárias e R\$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R\$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 24, 54 bilhões. (Especial para O Hoje)

Site: <http://flip.ohoje.com/public/impresso/5150/5150.pdf>

Estado pode romper contrato com IBGH - GOIÁS ONLINE

Helton Lenine

O secretário estadual de Saúde, Ismael Alexandrino (foto), informou que a pasta está dando apoio às operações da Polícia Federal que apuram denúncias contra a Organização Social Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar (IBGH) sobre venda irregular de álcool e máscaras em **Goiás**. "Solicitamos ao IBGH o afastamento dos três diretores." O secretário reforçou ainda que, se for comprovada alguma irregularidade ou ilicitude por parte da OS, poderá haver suspensão do contrato.

Diplomação

A Justiça Eleitoral diplomou ontem, em Aparecida de **Goiânia**, através do Diploma Net, o prefeito Gustavo Mendanha (MDB), vice Vilmar Mariano (MDB), 25 vereadores, 14 primeiros suplentes de vereadores, 14 segundos suplentes de vereadores e 15 terceiros suplentes de vereadores.

Salário mínimo

O governo federal enviou ao Congresso Nacional a previsão de R\$ 1.088 para o salário mínimo em 2021, sem aumento real. O piso salarial hoje é de R\$ 1.045.

Nada fez

Já em Aparecida de **Goiânia**, a prefeitura não tomou a iniciativa de romper o contrato com a organização social IBGH, que administra o hospital municipal. A Polícia Civil apura denúncias de desvio de R\$ 2 milhões.

Calados

Os secretários André Rosa (Fazenda) e Alessandra Magalhães (Saúde) permaneceram em silêncio durante os depoimentos prestados à Polícia Civil.

Perícia

A Polícia Civil informa que seguem os trabalhos de perícia nos documentos e computadores apreendidos durante a operação no hospital municipal, no IBGH e na empresa Inac Medicina Laboratorial.

Novas secretarias

Gustavo Mendanha vai encaminhara Câmara Municipal projeto propondo reforma administrativa e deve criar três secretarias: Segurança Pública, Comunicação e Cultura.

Contas de Caiado

A Assembleia Legislativa aprovou as contas de 2019 do governador Ronaldo Caiado. Foram 22 votos favoráveis. Deputados da oposição se abstiveram.

Só em janeiro

Gustavo Mendanha tem dito aos dirigentes de 20 partidos que o apoiaram: preenchimento de cargos na equipe de auxiliares somente em janeiro.

PSD anuncia apoio a André Fortaleza

Os vereadores eleitos Hans Miller e Camila Rosa, ambos do PSD, manifestaram apoio ao projeto de André Fortaleza (MDB) na disputa pela presidência da Câmara Municipal de Aparecida de **Goiânia**. "O André é aglutinador, é de grupo e mostrou nas urnas que tem apoio político", afirma o presidente municipal do PSD, Divino Ajax. Na foto, André Fortaleza com Hans Miller e Camila Rosa.

Alego

Presidente municipal do MDB, Léo Mendanha espera que, em 2022, Aparecida de **Goiânia** consiga eleger representante para a Assembleia Legislativa.

Favoritos

Professor Alcides (Progressistas), João Campos (Republicanos) e Glaustin da Fokus (PSC) vão tentar novo mandato à Câmara Federal nas eleições de daqui a quatro anos, tendo Aparecida como base eleitoral.

Recuperação

Prefeito eleito de **Goiânia**, Maguito Vilela segue internado em UTI comum no Hospital AlbertEinstein, em São Paulo, se recuperando das consequências da Covid-19.

Esperançoso

O médico Marcelo Rabahi, genro de Maguito e que o acompanha em São Paulo, diz estar esperançoso com a recuperação do ex-governador.

Resumo

A Polícia Civil de **Goiás** deve concluir em janeiro de 2021 as investigações sobre o desvio de R\$ 2 milhões envolvendo as secretarias de Saúde e Fazenda de Aparecida de **Goiânia** e a organização social IBGH e o laboratório Inac.

A Assembleia Legislativa encerra, amanhã, o ano legislativo, após a aprovação de pacote de projetos de lei enviados pelo governador Ronaldo Caiado. Os deputados retornam aos trabalhos em fevereiro do ano que vem.

Termina o ano de 2020 e nenhuma vaga de **conselheiro** do **TCE** ou do TCM surgiu para dar oportunidade a uma nomeação de político. A expectativa fica para o ano que vem.

Vilmar Mariano (MDB/ foto) não cumpriu a promessa de concluir, ao final de dois anos de seu mandato como presidente da Câmara Municipal de Aparecida de **Goiânia**, a nova sede do Legislativo. Ficou para o novo presidente entregá-la em 2021.

Site: <https://diariodeaparecida.com.br/edicao-impressa-no2588/>

Contas do primeiro ano da gestão Caiado são aprovadas pela Assembleia Legislativa

Secretaria de Economia - Governo de **Goiás** - A prestação de contas do primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado foi aprovada na quarta-feira (15/12) pelo plenário da Assembleia Legislativa.

O balanço geral do Estado de 2019, entregue pelo governador e pela titular da Economia, Cristiane Schmidt, demonstrou superávit em R\$ 523 milhões nas contas de 2019, apesar de o governo ter herdado um déficit superior a R\$ 3 bilhões da gestão anterior. Para a secretária, o resultado é fruto do compromisso do governo estadual no enfrentamento aos problemas estruturais e conjunturais.

"Nosso objetivo é principalmente promover o equilíbrio fiscal e assim assegurar políticas públicas e investimentos. E estamos aprimorando a gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Com esforço, transparência e rigor fiscal conseguimos pagar em dia os servidores e fornecedores do Estado, além de cumprir com as duas vinculações até o nível do pagamento", explicou Schmidt.

No balanço anual das contas estaduais estão dados do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e Tribunais de Contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM), além da administração indireta do Executivo.

APROVAÇÃO NO **TCE**

As contas do governo, relativas a 2019, já tinham sido aprovadas por unanimidade pelo **TCE**, em julho último. Na ocasião, a relatora Carla Santillo ressaltou, em seu parecer técnico, o comprometimento do Governo de **Goiás** com o equilíbrio orçamentário e o cumprimento das metas fiscais, além da transparência na gestão fiscal.

O relatório observou ainda que o Estado fez o dever de casa ao cumprir os mínimos constitucionais (saúde e educação), manteve a observância aos limites de endividamento, a gestão do patrimônio público e também implementou as determinações e recomendações do **TCE** de pareceres anteriores.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

O resultado orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R\$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R\$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 29,474 bilhões). O número superou o saldo deficitário de 2018, que foi de R\$ -1,34 bilhão.

RECEITAS

As receitas orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R\$ 29,997 bilhões, sendo R\$ 27,943 bilhões de receitas correntes (16,08% superior a 2018) e R\$ 2,053 bilhões de receitas de capital.

Do total de R\$ 27,943 bilhões das receitas correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das receitas tributárias (R\$ 15,640 bilhões).

GESTÃO PATRIMONIAL

O ativo total do Estado cresceu 12,13%, totalizando R\$ 81,385 bilhões no ano passado, com destaque para o crescimento das disponibilidades de R\$ 1,6 bilhão em 2018 para R\$ 2,9 bilhões em 2019 (+83,68%).

O cuidado com o patrimônio público assegurou a elevação do imobilizado do Estado, de R\$ 15,8 bilhões, em 2018, para R\$ 22,8 bilhões, em 2019. O valor representa crescimento de 44,53%, fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis estaduais.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado. A dívida consolidada totalizou R\$ 20,67 bilhões, em 2019, um crescimento de 5,27% em relação a 2018.

GESTÃO FISCAL

Do total das receitas orçamentárias de 2019 (R\$ 29,997 bilhões), R\$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R\$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R\$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 24, 54 bilhões. Além disso, o déficit previdenciário fechou acima do ano anterior, em R\$ 2,92 bilhões.

O Estado aplicou 25,28% de sua receita na educação e 12,35% na saúde, índices superiores aos definidos na Constituição, que são de 25% e 12%, respectivamente. Vale frisar, que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos das Emendas Constitucionais Estaduais nº 54 e nº 55, ambas de 2017. A EC nº 55, em seu artigo 4º, autorizava a dedução das despesas com pensionistas e dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores públicos estaduais no resultado final. Dessa forma, esses valores passaram a ser contabilizados no limite de despesa com pessoal.

Site: <https://www.gazetadoestado.com.br/wp-content/uploads/sites/5/2020/12/Gazeta-4468-1.pdf>

Fapeg realiza última reunião do Consup de 2020

A quarta e última reunião ordinária de 2020 do Conselho Superior (Consup) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de **Goiás (Fapeg)** aconteceu na manhã desta quarta-feira (16). Neste ano, devido à pandemia de Covid-19, apenas a primeira reunião do Conselho aconteceu de forma presencial, no dia 4 de março, na reitoria da Pontifícia Universidade Católica de **Goiás (PUC Goiás)**.

De forma remota, o presidente da **Fapeg**, que também preside o Consup, Robson Vieira, apresentou aos conselheiros a pauta do encontro: Distribuição do orçamento da **Fapeg**; resumo das atividades da Diretoria Científica e de Inovação; Acompanhamento de Fomentos; Prorrogações ex officio; Ranking do Programa Compliance; Homologação dos processos analisados pelo Comitê de Orçamento e Contas, entre outros assuntos. O evento contou com a presença de toda a diretoria da **Fapeg**.

Robson Vieira fez uma apresentação da execução orçamentária da **Fapeg** (valores financeiros e seus respectivos percentuais) desde o ano de 2017 a 2020 aplicados em ações com Pessoal e encargos; em Gestão e manutenção e Atividades finalísticas. Comentou ainda sobre a modernização em termos de ferramentas digitais que a **Fapeg** está desenvolvendo para consolidar dados da Fundação e da comunidade científica com o objetivo de facilitar consultas; auxiliar na elaboração de políticas públicas nas áreas da ciência, tecnologia e inovação; agilizar tomadas de decisões e disponibilizar o acesso para dar transparência à aplicação do recurso público.

"O que estamos fazendo na **Fapeg** é deixá-la organizada e estruturada de forma transparente para os atuais e futuros gestores, para a comunidade científica, para o Consup para que com o tempo possam usufruir dos benefícios de uma maturidade gerencial. Estamos trabalhando também olhando para dentro, porque olhar para dentro valoriza as pessoas e assim, conseguimos deixar não apenas um legado quantitativo de números e editais. Hoje estamos trabalhando organizados e a jovem **Fapeg** está preparada para os grandes desafios", destacou o presidente Robson Vieira.

O diretor Científico e de Inovação, Marcos Arriel, apresentou um resumo das atividades da sua diretoria, ressaltando que as entregas dos acordos, convênios e editais das áreas científica e de inovação concluídos e em andamento em 2020 são resultados dos trabalhos conjuntos de todas as diretorias e gerências sob a supervisão da presidência e sob o crivo do Consup.

Ciência e inovação

Entre as realizações ele destacou o PDCTR, a 7ª edição do PPSUS, Centelha I bolsas e o aporte para o Programa Centelha II, os quatro projetos aprovados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por meio do edital nº18/2020, para seleção de projetos voltados a programas de pós-graduação (PPGs) emergentes e em consolidação em áreas prioritárias nos estados, que envolvem 20 PPGs e 92 bolsas, o acordo de cooperação técnica com o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual INPI, para conscientização e disseminação da cultura e uso do sistema da propriedade industrial. Arriel falou ainda das propostas selecionadas na Convocação Emergencial da Covid-19, da chamada colaborativa **Fapeg/Fapesp**, do edital do programa Governo com Ciência e da operacionalização de oito editais internacionais em parceria com o Confap, das chamadas do Programa de Qualificação para Exportação e do Programa de Apoio à Inovação Tecnológica (Tecnova II) e de Incubadora de Empresas.

Dashboard

A gerente de Operações de Fomento, Lorena Peixoto, apresentou o esforço operacional que a **Fapeg** está fazendo para consolidar e dar transparência aos dados das ações de acompanhamento de fomento da **Fapeg** desde 2007, quando foi lançado o primeiro edital. Todo este acompanhamento dos fomentos será disponibilizado em um dashboard que servirá para análise de desempenho e possibilitará planejar e

implementar melhorias nos processos e pensar novas estratégias. Os dados vão dinamizar os trabalhos da **Fapeg**, do governo e da comunidade científica com informações em tempo real.

Segundo dados do dashboard, de 2007 a 2020 a **Fapeg** aplicou um total de R\$ 316.913.525,05 nas diversas ações de pesquisa (chamadas públicas, convênios que foram firmados dentro das linhas de fomento que seriam pesquisa, bolsa, difusão e ações de inovação, num total de 8.973 benefícios contratados no período. No painel digital estarão disponibilizadas ações em andamento, encerradas, que não foram iniciadas, fontes dos recursos, chamadas públicas etc.

Prorrogação de bolsas e projetos

O diretor de Programas e Monitoramento, Vanderlei Cassiano, fez um relato sobre as prorrogações ex officio explicando sobre o olhar da **Fapeg** no sentido de prorrogar benefícios de bolsistas e beneficiários de projetos com o objetivo de minimizar os impactos ocasionados pela pandemia de Covid-19. Comentou ainda sobre a primeira colocação no ranking do Programa de Compliance Público de **Goiás** conquistada pela **Fapeg**. A premiação é uma iniciativa conjunta da **CGE** e do **TCE** com apoio do governador de **Goiás**, Ronaldo Caiado. O ranking do Programa de Compliance Público (PCP) é um instrumento que mede o esforço de cada órgão do Poder Executivo estadual em implantar os quatro eixos do PCP (ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos). Em 2020, chegaram a 38 os órgãos e entidades que participaram da disputa e se dedicaram a cumprir os 16 quesitos estabelecidos no edital.

Assessoria de Comunicação da **Fapeg**

Site: <http://www.fapeg.go.gov.br/fapeg-realiza-ultima-reuniao-do-consup-de-2020/>

TCE-GO utiliza inteligência artificial na busca de documentos

Uma ferramenta capaz de simplificar e agilizar as buscas de palavras e expressões no site do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** já está disponível para os usuários internos e será brevemente liberada para acesso por qualquer cidadão. Inicialmente, os documentos do eTCE-GO e portarias estão sendo carregados para o sistema, sendo que restam 60% de todo o conteúdo para serem processados. A proposta é que a pesquisa seja simples, nos moldes do que ocorre nas buscas do Google.

A plataforma, baseada em processamento de linguagem por meio da inteligência artificial (IA), recebeu o nome de Louise e é capaz de buscar não apenas palavras literais, mas também entender o significado das palavras, realizando a pesquisa por meio de similaridade dos termos. Outros conjuntos de documentos estão previstos para serem incluídos no sistema, como o Diário Eletrônico de Contas, o Diário Oficial do Estado de **Goiás** e documentos enviados pelos jurisdicionados exigidos na Resolução Normativa 007/2020.

Segundo o gerente de Tecnologia da Informação do Tribunal, Licardino Siqueira Pires, a Louise foi implementada como uma versão do Bert, uma rede artificial da Google treinada com a utilização de todos os artigos da Wikipédia, que possui código aberto e possibilitou uma adaptação ao conteúdo textual do **TCE-GO**.

PRÓXIMOS PASSOS

Por ser um sistema de IA, a Louise passa por um constante aprendizado. A cada pesquisa e escolha ela verifica se os documentos retornados foram bons ou não de acordo com a posição do link escolhido e assim, pode ir melhorando sua busca com o passar do tempo.

Em um segundo momento, a Gerência de TI pretende treinar a Louise para se especializar no conteúdo produzido pela Corte de Contas, que utiliza linguagem técnica e jurídica. "Vamos deixar a Louise lendo todos os documentos do **TCE** várias vezes e por horas, e quem sabe, dias a fio, até ela aprender muito bem nossa forma de escrita. O Tribunal terá como benefício uma ferramenta com assertividade ainda maior de busca documental", explica Licardino. "A Louise provavelmente será a "servidora" mais especializada em **TCE-GO** que teremos", conclui.

Por enquanto, para acessar a Louise é preciso fazer o login pelo sistema **TCE-Net**. Clique aqui e confira.

Texto: Alexandre Alfaix (Dicom), com informações da GER-TI/**TCE-GO**; Ilustração: Anderson de Castro

Diretoria de Comunicação

Site: <https://www.atricon.org.br/imprensa/noticias/tce-go-utiliza-inteligencia-artificial-na-busca-de-documentos/>

Nota técnica Conjunta do SINDJUSTIÇA, AudTCM/GO e AudTCE/GO

O SINDJUSTIÇA, a Associação dos Auditores de Controle Externo do TCM/GO (AudTCM/GO) e a Associação dos Auditores de Controle Externo do **TCE/GO** (AudTCE/GO) assinam Nota Técnica Conjunta que versa sobre o projeto de lei que propõe alteração das Leis Estaduais nº 20.756/20 (Estatuto dos Servidores Públicos) e Lei Estadual nº 13.909/01. Na nota, as entidades se manifestam em prol do arquivamento do referido projeto de lei encaminhado à **Alego** pelo Executivo, tendo em vista que o Estado de **Goiás** já cumpre o quantitativo de requisitos exigidos pela União para adesão ao Plano de Equilíbrio Fiscal.

Acesse a íntegra da Nota Técnica .

Site: <https://sindjustica.com/2020/12/17/nota-tecnica-conjunta-do-sindjustica-audtcm-go-e-audtce-go/>

SINDJUSTIÇA protocoliza ACP com pedido de liminar contra inclusão dos Servidores do TJ no Regime Jurídico Único

O SINDJUSTIÇA protocolizou nesta quarta, 16, ação civil pública com pedido de liminar, para a não inclusão dos Servidores do TJGO no Regime Jurídico Único, dos Servidores Públicos, conforme projeto de lei de autoria do Governo do Estado em tramitação na **Alego**. A ação, protocolada sob o nº 5648812-56.2020.8.09.0051 em face ao Estado de **Goiás** e **Alego**, já foi distribuída para a 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual.

"O projeto de lei do Governo Estadual, que pretende criar um regime jurídico único para todos os servidores públicos, incorre em erro grave. Os Servidores do Judiciário foram excluídos de tal regime, um ano atrás, quando da aprovação do Estatuto do Servidor", destaca o presidente do SINDJUSTIÇA, Fabrício Duarte. "Estamos atuando incansavelmente pela defesa dos direitos da categoria, tanto na articulação política na **Alego** quanto na esfera jurídica", acrescenta o presidente do SINDJUSTIÇA.

Hoje, SINDJUSTIÇA, Associação dos Auditores de Controle Externo do TCM/GO (AudTCM/GO) e a Associação dos Auditores de Controle Externo do **TCE/GO** (AudTCE/GO) assinam Nota Técnica Conjunta que versa sobre o projeto de lei que propõe alteração das Leis Estaduais nº 20.756/20 (Estatuto dos Servidores Públicos) e Lei Estadual nº 13.909/01. Na nota, as entidades se manifestam em prol do arquivamento do referido projeto de lei encaminhado à **Alego** pelo Executivo, tendo em vista que o Estado de **Goiás** já cumpre o quantitativo de requisitos exigidos pela União para adesão ao Plano de Equilíbrio Fiscal.

Site: <https://sindjustica.com/2020/12/17/sindjustica-protocoliza-acp-com-pedido-de-liminar-contrainclusao-dos-servidores-do-tj-no-regime-juridico-unico/>

Desembargadores visitam dirigentes do TCE nesta quinta-feira, 17

Os desembargadores Walter Carlos Lemes e Carlos Alberto França, atual e próximo presidente do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJGO), respectivamente, e, ainda, o vice-presidente eleito, desembargador Zacarias Neves Coelho, estiveram na manhã desta quinta-feira (17), na Presidência do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** para uma visita de cortesia ao atual e novo presidente eleito daquela Corte de Contas, conselheiros **Celmar Rech** e **Edson Ferrari**. Durante o encontro, os dirigentes debateram sobre transparência e atuação interinstitucional.

Na oportunidade, o presidente do TJGO, desembargador Walter Carlos Lemes, recebeu do presidente do **TCE-GO**, **conselheiro Celmar Rech**, a honraria da segunda edição do Prêmio **Goiás** Mais Transparente, programa de compliance público do Poder Executivo do Estado de **Goiás**, promovido em parceria com a **Controladoria Geral do Estado de Goiás**, que visa à valorização da transparência como diretriz para o controle social e a melhoria dos serviços prestados à sociedade pelos órgãos públicos do Estado de **Goiás**.

(Texto: Carolina Dayrell / Foto:Wagner Soares - Centro de Comunicação Social do TJGO)

Site: <https://www.tjgo.jus.br/index.php/institucional/centro-de-comunicacao-social/20-destaque/20996-desembargadores-realizam-visita-de-cortesia-ao-tce-nesta-quinta-feira-17>

Reunião de Análise Estratégica: TJGO já alcançou 10 das 14 metas estabelecidas

Informatização, transparência e governança. Estes foram os principais avanços do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás na administração do desembargador Walter Carlos Lemes, no biênio que terminará em fevereiro de 2021. Com o objetivo de apresentar os resultados parciais do plano de gestão previsto para este período, foi realizada, nesta quinta-feira (17), a 5ª e última Reunião de Análise Estratégica (RAE).

O relatório apresentado demonstra que, das 14 metas estabelecidas, 10 já foram cumpridas e duas estão em situação razoável com expectativa de atingir o percentual desejado. Algumas delas, além de serem totalmente cumpridas, superaram os índices estabelecidos.

Na informatização, o destaque ficou com a Meta 8, que previa a implantação do processo eletrônico em 50% das unidades judiciárias com competência criminal, mas cujo desempenho alcançou os 100%. A Meta 7, estabelecida para reduzir em 18% o acervo de processos de execução fiscal, teve como resultado 50,49% de redução do acervo. Na parte de governança, a Meta 12, criada para instituir o índice de governança e gestão com o objetivo de alcançar, no mínimo, 15% de maturidade, atingiu 38%. Melhorar o índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (iGovTIC-JUD), objetivo da Meta 14, tinha uma previsão para alcance do nível Aprimorado em 0,7 pontos, mas o TJGO conseguiu superá-lo e obteve 0,82 pontos.

Outro importante desempenho do Poder Judiciário goiano diz respeito à Meta 13, para alcançar 65% no Índice de Transparência, de acordo com a Resolução nº 215/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Quase dois anos após a estipulação da meta, o TJGO galgou posições e hoje ostenta um Índice de Transparência de 91,52%. O esforço nesse sentido foi reconhecido pelo CNJ, que, em seu ranking de transparência divulgado em agosto, trouxe o TJGO em quarto lugar na classificação entre os tribunais estaduais. Além disso, o TJGO ficou em 2º lugar no Prêmio Goiás Mais Transparente, coordenado pela Controladoria-Geral do Estado e pelo **Tribunal de Contas do Estado** de Goiás.

A diretora de Planejamento Estratégico do TJGO, Mislene Medrado, no início da reunião, agradeceu a todos os magistrados e servidores do TJGO pelas conquistas obtidas. "O ano foi bem difícil, enfrentamos várias dificuldades, entre elas a pandemia, mas conseguimos, com a ajuda de todo o Poder Judiciário, chegar até aqui. Estamos entregando um Poder Judiciário com excelentes resultados, principalmente nas áreas de informática, governança e transparência", concluiu.

Reunião

A última edição da RAE contou com a participação da juíza auxiliar da Presidência, Sirlei Martins da Costa, representantes da Corregedoria, das diretorias Geral, Gestão Estratégica, Gestão da Informação, Judiciária, Informática, Administrativa, Recursos Humanos, Financeira, Obras, Controle Interno, Comunicação e Escola Judicial. (Centro de Comunicação Social do TJGO)

Site: <https://www.tjgo.jus.br/index.php/institucional/centro-de-comunicacao-social/20-destaque/21002-reuniao-de-analise-estrategica-tjgo-ja-alcancou-10-das-14-metas-estabelecidas>

Contas do primeiro ano da gestão Ronaldo Caiado são aprovadas pela Assembleia Legislativa

Governo supera dificuldades impostas pelo déficit de mais de R\$ 3 bilhões herdados da administração passada e fecha 2019 com superávit de R\$ 523 milhões

A prestação de contas do primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado foi aprovada na quarta-feira (15/12) pelo plenário da Assembleia Legislativa.

O balanço geral do Estado de 2019, entregue pelo governador e pela titular da Economia, Cristiane Schmidt, demonstrou superávit em R\$ 523 milhões nas contas de 2019, apesar de o governo ter herdado um déficit superior a R\$ 3 bilhões da gestão anterior. Para a secretária, o resultado é fruto do compromisso do governo estadual no enfrentamento aos problemas estruturais e conjunturais.

"Nosso objetivo é principalmente promover o equilíbrio fiscal e assim assegurar políticas públicas e investimentos. E estamos aprimorando a gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Com esforço, transparência e rigor fiscal conseguimos pagar em dia os servidores e fornecedores do Estado, além de cumprir com as duas vinculações até o nível do pagamento", explicou Schmidt.

No balanço anual das contas estaduais estão dados do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e Tribunais de Contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM), além da administração indireta do Executivo.

Aprovação no **TCE**

As contas do governo, relativas a 2019, já tinham sido aprovadas por unanimidade pelo **TCE**, em julho último. Na ocasião, a relatora Carla Santillo ressaltou, em seu parecer técnico, o comprometimento do Governo de **Goiás** com o equilíbrio orçamentário e o cumprimento das metas fiscais, além da transparência na gestão fiscal.

O relatório observou ainda que o Estado fez o dever de casa ao cumprir os mínimos constitucionais (saúde e educação), manteve a observância aos limites de endividamento, a gestão do patrimônio público e também implementou as determinações e recomendações do **TCE** de pareceres anteriores.

Gestão orçamentária

O resultado orçamentário do exercício de 2019 foi superavitário em R\$ 523,039 milhões, sendo obtido pela diferença entre a receita arrecadada (R\$ 29,997 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 29,474 bilhões). O número superou o saldo deficitário de 2018, que foi de R\$ -1,34 bilhão.

Receitas

As receitas orçamentárias do exercício de 2019 correspondem ao valor de R\$ 29,997 bilhões, sendo R\$ 27,943 bilhões de receitas correntes (16,08% superior a 2018) e R\$ 2,053 bilhões de receitas de capital.

Do total de R\$ 27,943 bilhões das receitas correntes, 55,97% referem-se à arrecadação das receitas tributárias (R\$ 15,640 bilhões).

Gestão patrimonial

O ativo total do Estado cresceu 12,13%, totalizando R\$ 81,385 bilhões no ano passado, com destaque para o crescimento das disponibilidades de R\$ 1,6 bilhão em 2018 para R\$ 2,9 bilhões em 2019 (+83,68%).

O cuidado com o patrimônio público assegurou a elevação do imobilizado do Estado, de R\$ 15,8 bilhões, em 2018, para R\$ 22,8 bilhões, em 2019. O valor representa crescimento de 44,53%, fruto do inventário realizado nos bens móveis e imóveis estaduais.

Ainda nesse quesito chama atenção o passivo do Estado. A dívida consolidada totalizou R\$ 20,67 bilhões, em 2019, um crescimento de 5,27% em relação a 2018.

Gestão fiscal

Do total das receitas orçamentárias de 2019 (R\$ 29,997 bilhões), R\$ 19,525 bilhões foram de receitas ordinárias e R\$ 10,472 bilhões de receitas vinculadas. **Goiás** cumpriu os mínimos constitucionais para saúde e educação.

O resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 0,52 bilhão, e superávit primário de R\$ 2,32 bilhões. A Receita Corrente Líquida (RCL) ficou em R\$ 24, 54 bilhões. Além disso, o déficit previdenciário fechou acima do ano anterior, em R\$ 2,92 bilhões.

O Estado aplicou 25,28% de sua receita na educação e 12,35% na saúde, índices superiores aos definidos na Constituição, que são de 25% e 12%, respectivamente.

Vale frisar, que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos das Emendas Constitucionais Estaduais nº 54 e nº 55, ambas de 2017. A EC nº 55, em seu artigo 4º, autorizava a dedução das despesas com pensionistas e dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores públicos estaduais no resultado final. Dessa forma, esses valores passaram a ser contabilizados no limite de despesa com pessoal.

Fonte: Secretaria de Economia - Governo de **Goiás**

Site: <https://bloginformandoedetonando.com.br/2020/12/17/contas-do-primeiro-ano-da-gestao-ronaldo-caiado-sao-aprovadas-pela-assembly-legislativa/>
